



Estado de Goiás
Câmara Municipal de Goiânia

Ofício n. 00880/DER

Goiânia, 18 de fevereiro de 2020.

Excelentíssimo Senhor

Senador David Samuel Alcolumbre Tobelem

Presidente do Senado Federal

Praça dos Três Poderes - Anexo 02 - Ala Afonso Arinos - Gabinete 10

CEP: 70165-900 Brasília-DF

Senhor Presidente,

Comunicamos a Vossa Excelência que o requerimento n. 00917/20, apresentado pelo nobre Vereador Zander, foi aprovado de plano, na Sessão do dia 18/02/20, contendo a seguinte solicitação: “indicação de discussão, votação e aprovação dos Projetos que tratam do aumento da pena para os autores de maus-tratos de animais. Encaminhar uma cópia do Requerimento em anexo aos Líderes Partidários do Senado Federal”.

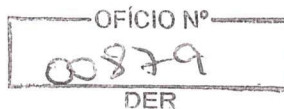
À oportunidade, solicitamos a gentileza de suas providências para o atendimento deste pedido.

Respeitosamente,


Romário Polícarmo
Presidente



Estado de Goiás
Câmara Municipal de Goiânia
Poder Legislativo



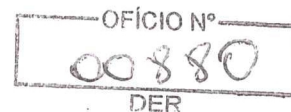
ZANDER
VEREADOR
O MANDATO ANIMAL

00917

Aprovo de Plano: Ao DER
para providências.

Em _____
Romão Polierpo
Presidente

INDICAÇÃO Nº 01, DE 2020



INDICO, nos termos do do Regimento Interno desta Augusta Casa de Leis, aos Excelentíssimos Senhores Presidente da Câmara dos Deputados, Presidente do Senado Federal e Líderes Partidários no Congresso Nacional, a discussão, a votação e a aprovação dos projetos que tratam do aumento da pena para maus-tratos animais.

JUSTIFICATIVA

A presente indicação tem como escopo garantir o caráter pedagógico-punitivo da lei penal para os autores de crimes de maus-tratos e zoofilia, ora, não se pode aceitar que pessoas más intencionadas atentem contra a incolumidade física e psicológica dos animais e, ao final, saiam livres fomentando o sentimento de impunidade já latente na população brasileira.

Os crimes de maus-tratos e de zoofilia vêm crescendo de forma assustadora no Brasil, são milhões de casos relatados nos quais os animais sofrem algum tipo de abuso e de maus-tratos. Sabendo que o tempo das leis não é igual ao tempo dos homens, a sociedade civil busca, de todas as formas possíveis, garantir o bem-estar animal por meio dos protetores autônomos, das associações sem fins lucrativos (ONGs), de parlamentares e de órgãos do poder público.

Ocorre, Excelências, que apenas a ação da sociedade civil não basta para coibir tais práticas, o Estado como garantidor da segurança e da vida deve se impor. Não é aceitável que animais sejam mutilados, abusados e abandonados sem que os autores de tais teratologias sejam investigados, denunciados, sentenciados e punidos pelos crimes cometidos contra a vida.

Nesse sentido, a Constituição Federal em seu artigo 225, VII, impõe ao Poder Público a obrigatoriedade de garantir a segurança dos animais para que eles não sejam submetidos à crueldade e, caso haja quaisquer tipo de maus-tratos ou abusos contra estes animais o autor de tal atitude deve ser pronta e severamente punido, garantindo-se, assim, o caráter pedagógico-punitivo da sanção penal.

O caráter pedagógico se dá pela tomada de consciência da conduta ilícita praticada, o infrator conhece, reconhece e aprende que a ação praticada ultrapassou a seara do razoável e atentou não apenas contra a legislação penal, mas mais importante, maculou ou ceifou a vida de outrem, seja ele um



(62)3524-4338

(62)98130-4567





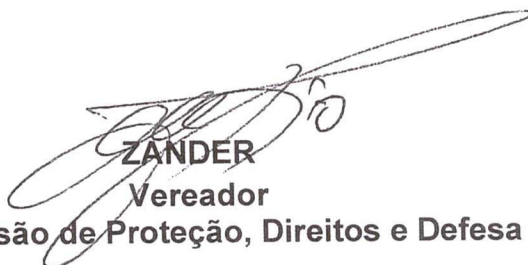
Estado de Goiás
Câmara Municipal de Goiânia
Poder Legislativo

ZANDER
V E R E A D O R
O M A N D A T O A N I M A L

animal racional ou irracional. É por meio do caráter pedagógico que o infrator poderá ser reinserido na sociedade de forma plena e autônoma.

Dito isto, é mister que o poder público por meio dos seus representantes eleitos, quem seja, os Excelentíssimos Presidente da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e os Líderes Partidários no Congresso Nacional advoguem pela defesa da vida, pela punição exemplar do infrator.

Sala das Sessões, em 18/02/2020.


ZANDER
Vereador

Presidente da Comissão de Proteção, Direitos e Defesa dos Animais



(62)3524-4338

(62)98130-4567





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

DESPACHO Nº 11/2020

Junte-se à página oficial da tramitação das proposições legislativas as cópias eletrônicas de manifestações externas, conforme listagem a seguir exposta:

1. PEC nº 186, de 2019. Documento SIGAD nº 00100.172390/2019-06
2. PEC nº 65, de 2019. Documento SIGAD nº 00100.160840/2019-11
3. PEC nº 18, de 2019. Documento SIGAD nº 00100.175974/2019-36
4. PEC nº 65, de 2019. Documento SIGAD nº 00100.177615/2019-13
5. PEC nº 65, de 2019. Documento SIGAD nº 00100.178544/2019-76
6. PEC nº 188, de 2019. Documento SIGAD nº 00100.181186/2019-89
7. PL nº 1553 de 2019. Documento SIGAD nº 00100.177155/2019-23
8. PEC nº 65, de 2019. Documento SIGAD nº 00100.180691/2019-14
9. PEC nº 186, de 2019. Documento SIGAD nº 00100.182683/2019-02
10. PLC nº 80, de 2018. Documento SIGAD nº 00100.179958/2019-12
11. PLS nº 166, de 2018. Documento SIGAD nº 00100.177678/2019-70
12. PEC nº 35, de 2015. Documento SIGAD nº 00100.182702/2019-92
13. PL nº 1095, de 2019. Documento SIGAD nº 00100.182690/2019-04
14. PEC nº 65, de 2019. Documento SIGAD nº 00100.182426/2019-62
15. PEC nº 188, de 2019. Documento SIGAD nº 00100.182419/2019-61
16. PEC nº 65, de 2019. Documento SIGAD nº 00100.15577/2020-40
17. PLS nº 580, de 2015. Documento SIGAD nº 00100.028230/2020-67
18. PEC nº 188, de 2019. Documento SIGAD nº 00100.169645/2019-56
19. PEC nº 65, de 2019. Documento SIGAD nº 00100.166400/2019-77
20. PLS nº 166 de 2018. Documento SIGAD nº 00100.173537/2019-88
21. PEC nº 65, de 2019. Documento SIGAD nº 00100.183579/2019-27
22. PEC nº 65, de 2019. Documento SIGAD nº 00100.183591/2019-31
23. PEC nº 65, de 2019. Documento SIGAD nº 00100.183047/2019-90



24. MPV nº 904, de 2019. Documento SIGAD nº 00100.177738/2019-54
25. MPV nº 904, de 2019. Documento SIGAD nº 00100.182357/2019-97
26. PL nº 5815, de 2019. Documento SIGAD nº 00100. 181420/2019-78
27. MPV nº 906, de 2019. Documento SIGAD nº 00100.173420/2019-02
28. PEC nº 110, de 2019. Documento SIGAD nº 00100. 022833/2020-55
29. PLP nº 245, de 2019. Documento SIGAD nº 00100. 022806/2020-82
30. PEC nº 186 de 2019. Documento SIGAD nº 00100. 033155/2020-56
31. PEC nº 187 de 2019. Documento SIGAD nº 00100. 033155/2020-56
32. PEC nº 188 de 2019. Documento SIGAD nº 00100. 033155/2020-56
33. PL nº 639 de 2019. Documento SIGAD nº 00100. 032379/2020-41
34. PEC nº 188 de 2019. Documento SIGAD nº 00100. 176963/2019-73
35. MSF nº 56 de 2020. Documento SIGAD nº 00100. 084305/2020-90
36. MSF nº 51 de 2020. Documento SIGAD nº 00100. 084305/2020-90
37. MSF nº 117 de 2018. Documento SIGAD nº 00100. 084305/2020-90
38. PLS nº 435 de 2015. Documento SIGAD nº 00100. 045154/2020-54
39. PEC nº 65 de 2019. Documento SIGAD nº 00100. 078550/2019-23

Secretaria-Geral da Mesa, 13 de outubro de 2020.

(assinado digitalmente)
JOSÉ ROBERTO LEITE DE MATOS
Secretário-Geral da Mesa Adjunto

